

WITTGENSTEIN II: A SAÍDA DA CAMPÂNULA¹

Ernst Tugendhat

Tradução do alemão e notas: Plínio Junqueira Smith

RESUMO

Após interpretar a crítica de Wittgenstein à "linguagem privada", Tugendhat se volta para as suas concepções positivas. Em primeiro lugar, ele apresenta a opinião de Wittgenstein sobre as proposições sobre estados subjetivos em terceira pessoa: elas devem ser explicadas em conexão com o comportamento da pessoa a quem atribuímos o predicado. Mas isso não distingue suas concepções do behaviorismo. Para traçar essa distinção, Tugendhat aborda a tese de Wittgenstein sobre as proposições sobre estados subjetivos em primeira pessoa: elas são uma espécie de comportamento. Finalmente, ele reformula alguns pontos do pensamento de Wittgenstein.

SUMMARY

After having interpreted Wittgenstein's critique of a "private language", Tugendhat turns now to his positive conceptions. First of all, he presents Wittgenstein's views on third-person sentences about subjective states: they must be explained in connection with the behavior of the person to which we can ascribe the predicate. But this does not distinguish his conceptions from behaviorism. To make this distinction clear, Tugendhat considers Wittgenstein's account of first-person sentences about subjective states as expressions of these states: they are a new kind of behavior. At the end, he proposes some modifications on Wittgenstein's thoughts.

Para a teoria tradicional, o saber que se articula nas proposições-f em primeira pessoa parecia não problemático (ele se funda em uma percepção interna) e, por isso, o saber que se articula nas proposições-f em terceira pessoa deveria parecer, correspondentemente, problemático². Se, ao contrário, como Wittgenstein, parte-se do emprego real das proposições-f, coloca-se desde o princípio em sentido contrário a pergunta sobre o fundamento do saber que se articula nessas proposições. Pois aprendemos os predicados-f em conexão com o seu emprego nas proposições de terceira pessoa ou em conexão com proposições de primeira pessoa expressas por outras pessoas. Por isso, na tentativa de entender a concepção particular de Wittgenstein das proposições-f, convém começar com as proposições "ele-f".

Já indiquei³ que, para o entendimento que Wittgenstein tem das proposições "ele-f", é fundamental seu conceito de *critério*. "Um 'processo interno' necessita de critérios externos" (*Investigações filosóficas* (IF), 580). O

(1) Tugendhat, E. *Selbstbewusstsein und Selbstbestimmung*. Frankfurt Suhrkamp, 1979, cap. 6. A presente conferência é uma continuação da que traduzimos no número anterior desta revista, intitulada "Wittgenstein I: A impossibilidade de uma linguagem privada". Elas se completam mutuamente e não podem ser inteiramente compreendidas se isoladas uma da outra.

que entende Wittgenstein por "critério"⁴? A palavra tem para ele um sentido que não se limita ao emprego das expressões-f. O único lugar em que esclarece minuciosamente o que quer dizer com ela encontra-se no *Blue book*. Cito a tradução alemã (p. 48): "Introduzamos dois conceitos opostos a fim de evitar certas confusões elementares: à pergunta 'como você sabe que tal e tal é o caso?', respondemos indicando às vezes *critérios* e às vezes *sintomas*". Assim, o conceito de critério deve ser entendido como antitético ao de sintoma. No que consiste a diferença? Wittgenstein dá um exemplo:

Se, na medicina, se designa uma inflamação que é causada por um determinado bacilo como angina e perguntamos em um determinado caso: "por que você diz que esse homem tem angina?", então a resposta "eu encontrei o bacilo tal em seu sangue" nos indica o critério ou aquilo que podemos designar como o critério definidor da angina. Se, por outro lado, a resposta fosse "ele tem uma garganta inflamada", então essa resposta nos daria um sintoma da angina. Com "sintoma" eu designo um fenômeno que aparece de acordo com a experiência junto com o fenômeno que é o nosso critério definidor.

Wittgenstein acrescenta então que, na prática, ambos os conceitos de sintoma e critério não são rigorosamente separados, pois freqüentemente concebemos como um mero sintoma aquilo que primeiramente tínhamos concebido como o critério definidor para a atribuição de um predicado; por exemplo, depois de termos descoberto algo na ciência que se adequa melhor como critério definidor. Mas ele acentua que essa hesitação, se isso ou aquilo deve ser concebido como sintoma, não afeta a distinção conceitual entre critério e sintoma.

Qual é o conceito superior a esses dois conceitos? Em ambos os casos trata-se de um estado de coisas "p" empiricamente dado que nos legitima a afirmar a existência de um outro estado de coisas "q". Em inglês, emprega-se a palavra *evidence* para uma tal conexão e, na falta de uma palavra correspondente em alemão, começa-se a usar nesse sentido a expressão alemã *Evidenz* (evidência), que antes era empregada diferentemente. Assim, "evidência" nesse sentido é definida pelo fato de que "p" é evidência para "q" quando "p" é um estado de coisas empiricamente dado de modo a legitimar nossa afirmação de que "q" existe. Com a ajuda desse conceito de evidência, podemos então definir os termos de Wittgenstein "sintoma" e "critério": "p" é um sintoma para "q" quando "p" é uma evidência adquirida indutivamente e apoiada na experiência para "q"; porém, "p" é um critério para "q", quando "p" não é uma evidência indutiva, mas uma evidência para "q" constitutiva do significado de "q".

Da maneira como Wittgenstein explica no *Blue book* o conceito de critério com o exemplo da angina, parece que um critério seria sempre uma condição necessária e suficiente para aquilo de que é critério. Mas Wittgenstein emprega o conceito de critério em outros contextos de modo que esse não precisa ser o caso. Assim, diz ele em outro lugar do *Blue book* (p. 84 s.):

(2) Tugendhat mostrou que não se pode atribuir significado às palavras para nossos estados subjetivos (estados-f), se se entende que o seu significado é o referente privado que a mente supostamente possui. Por exemplo, as palavras "dor" e "vermelho" significariam sensações privadas de dor e de vermelho, isto é, sensações que apenas a pessoa que as tem perceberia diretamente e de cuja existência teria certeza; as demais pessoas só teriam acesso indireto (por meio do comportamento ou das afirmações dessa pessoa) às suas sensações e só poderiam conjecturar sobre sua existência. Recusada essa concepção da linguagem, Tugendhat apresenta agora o seu modo de interpretar as proposições sobre estados subjetivos (proposições-f) em primeira e terceira pessoa (por exemplo, "eu tenho dores" e "ele tem dores").

(3) Ver a conferência de Tugendhat publicada no número anterior desta revista, p. 53 (N. do T).

(4) Cf. Hacker, P. M. S. *Insight and illusion*. Oxford, 1972, cap. 10.

A gramática das proposições que chamamos de proposições sobre objetos físicos admite diversos tipos de evidência para cada uma de suas proposições. A gramática da proposição "meu dedo se move etc." é caracterizada pelo fato de que eu considero como evidências para ela as seguintes proposições: "eu o vejo mover-se", "eu o sinto mover-se", "ele o vê mover-se", "ele me diz que ele se move" etc.

Quando Wittgenstein diz que algo repousa na gramática de uma expressão, quer sempre dizer que isso pertence ao seu significado. Assim, a afirmação de que essas diferentes evidências pertencem à gramática de tal proposição indica que se trata de diferentes critérios. Entre essas evidências e a proposição para a qual são evidências, existe uma conexão não meramente indutiva, mas definidora, isto é, fundada no significado.

Esse exemplo das "proposições sobre objetos físicos" diferencia-se do exemplo da angina em vários aspectos. Em primeiro lugar, existe aqui uma conexão criterial, não entre duas proposições, mas entre dois tipos de proposição; e, por isso, em segundo lugar, não se trata simplesmente de um critério para atribuir um determinado predicado a um objeto, mas de critérios para saber como proposições de um determinado tipo devem geralmente ser justificadas. Temos, de um lado, uma proposição sobre um estado de coisas objetivo e perceptível ("meu dedo se move") e, de outro, uma série de proposições "subjetivas", nas quais são indicadas uma pessoa e sua relação cognitiva com esse estado de coisas. E agora deve repousar na essência — no significado — da proposição objetiva (portanto, dessa forma de proposição) que, quando se perguntar pela sua justificação, uma ou mais das proposições subjetivas devem ser indicadas. Entre a proposição objetiva e as proposições subjetivas existem as seguintes conexões: (1) a proposição objetiva só pode ser fundamentada por proposições do tipo subjetivo; (2) as proposições subjetivas relacionadas a uma e mesma proposição objetiva podem se confirmar ou se anular reciprocamente. Por exemplo, eu posso fundamentar que um dedo se move pelo fato de que eu o sinto mover-se; mas esse critério pode entrar em contradição com outros, pois, por exemplo, eu posso não estar vendo que ele se move; mas, nesse caso, outros podem me dizer: "é claro que ele se move; todos nós vemos isso, você deve estar tendo uma ilusão ótica" etc. Assim, a uma proposição objetiva contrapõem-se muitas proposições subjetivas, de modo que nenhum dos critérios isolados é uma condição necessária ou suficiente para a verdade da proposição objetiva; (3) desses dois pontos mencionados, segue-se que o que foi fundamentado pelas proposições subjetivas só pode ser anulado por proposições do mesmo tipo. O estado de coisas objetivo não é concebível como algo independente de seus modos de aparecer subjetivos; não obstante, esse não é um modo de aparecer subjetivo ou uma soma de tais modos de aparecer; e precisamente porque as "gramáticas" de ambas as espécies de proposição são diferentes, apesar de estarem ancoradas uma na outra segundo as maneiras indicadas.

No caso das proposições-f na terceira pessoa, existe uma ampla analogia com a situação acima. "Um 'processo interno' necessita critérios externos" (IF, 580). Essa conexão é, caso essa seja uma conexão criterial, igualmente uma conexão essencial — isto é, fundada no significado das proposições-f—, como o é a conexão acima explicada entre as proposições objetivas sobre estados de coisas perceptíveis e as proposições subjetivas sobre seus modos de aparecer. Também aqui temos, de um lado, *uma* proposição sobre uma sensação ou sobre um outro estado-f de uma pessoa e, de outro lado, uma *quantidade* de proposições sobre o comportamento dessa pessoa; isso se dá de modo que cada proposição dessa quantidade seja um indício não indutivo para que a proposição "ele-f" seja verdadeira. Aqui também vale: (1) a proposição "ele-f" só pode ser fundamentada por proposições sobre o comportamento da pessoa; enquanto antes se tratava dos *modos de aparecer* de um estado de coisas objetivo, falamos agora do comportamento no qual o estado-f caracteristicamente se *expressa*, ou de sua *externalização* (*Äusserung*);⁵ entre as diferentes possibilidades de expressão de um estado-f está em particular o emprego da proposição correspondente "eu-f". Assim, entre o estado-f e a expressão existe uma conexão de essência, pois o predicado-f só pode ser explicado em conexão com o comportamento no qual o estado se expressa; (2) por outro lado, também vale aqui o fato de que uma única externalização não pode ser uma condição necessária ou suficiente para que uma pessoa se encontre no estado-f, precisamente porque também aqui se contrapõem a essa única proposição-f uma multiplicidade de proposições sobre o modo de comportamento, nas quais esse estado se expressa, e essas proposições podem se confirmar ou se anular reciprocamente; (3) por isso também vale aqui o fato de que a proposição "ele-f" só pode ser anulada por proposições da mesma espécie, ou seja, por proposições sobre o comportamento.

Um problema particularmente incômodo nesse contexto é o da dissimulação e, no caso especial em que o comportamento é uma externalização de uma proposição "eu-f", da mentira. A dissimulação — e também o caso particular da mentira — consiste no fato de alguém se comportar intencionalmente de modo a expressar um estado-f que ele não tem. Obviamente, Wittgenstein não pode e não quer negar que há um comportamento característico sem o estado-f: à objeção "Mas você certamente vai admitir que há uma diferença entre o comportamento de dor com dores e o comportamento de dor sem dores", ele responde: "Admitir? Que diferença poderia ser maior do que essa?" (IF, 304). Mas para a dissimulação, por sua vez, há "critérios no comportamento" (*Zettel*(Z), 571), caso contrário não poderíamos adquirir o conceito de dissimulação (Z, *idem*). "Uma criança deve aprender muito antes de poder dissimular (um cão não pode fingir, mas também não pode ser sincero)" (IF, p. 541). Assim, a possibilidade de dissimulação ainda não aponta para um "interior" independente do comportamento, mas se funda numa forma superior de comportamento:

(5) Os termos "äussem" e "Äusserung" são de difícil tradução, o contexto exigindo frequentemente diferentes traduções como, por exemplo: "manifestar"/ "manifestação", "expressar"/ "expressão", "exteriorizar"/ "exteriorização" etc. Para uniformizar a tradução, "criamos" os termos "externalizar" e "externalização" (não constam no *Pequeno Dicionário* de Aurélio B. de Holanda), porque são traduções literais que preservam o sentido original do alemão e porque os correspondentes "exteriorizar" e "exteriorização" já são empregados na tradução dos textos de Hegel (N. do T.).

Os jogos de linguagem com expressões de sensações se fundam em jogos com expressões das quais não dizemos que podem mentir ("Notes for lectures" (NL), 293).

A palavra "mentir" nos foi ensinada de uma determinada maneira, pela qual foi associada a um determinado comportamento para o emprego de determinadas expressões em determinadas circunstâncias. Então empregamos a palavra e dizemos que mentimos quando nosso comportamento não é semelhante àquele que primeiramente constituiu o significado [dessas expressões] (NL, 295).

A analogia entre a fundamentação criterial da justificação das proposições "ele-f" e a fundamentação criterial da justificação de proposições sobre objetos perceptíveis tem contudo suas limitações. Em primeiro lugar, devemos nos confrontar com o seguinte problema: se examinarmos mais de perto, mostra-se que aquelas proposições que atuam como critérios para a verdade das proposições sobre objetos perceptíveis são uma espécie de proposições-f; pois são de fato proposições "subjettivas", nas quais se diz de uma pessoa que ela vê, sente etc. alguma coisa. Assim, produz-se a situação curiosa em que, no caso das proposições sobre objetos perceptíveis, proposições-f atuam como critérios e, no caso das proposições-f, ocorre exatamente o contrário: proposições sobre objetos perceptíveis atuam como critérios. Por isso, poder-se-ia pensar que um círculo deveria se produzir aqui.

Segue-se, contudo, a partir de uma importante reflexão que Wittgenstein desenvolve nas *Zettel* (410 ss.), que esse não é o caso. Nessas passagens, Wittgenstein mostra que, no caso das proposições sobre objetos perceptíveis, o entendimento da proposição simples precede necessariamente o entendimento da proposição modificada subjettivamente. "Por que não se ensina primeiramente a uma criança o jogo de linguagem 'isso me parece vermelho?'" (Z, 422). Resposta: porque o sentido dessa proposição pressupõe que já se sabe o que se quer dizer com "vermelho" e isso só pode ser explicado com o auxílio da proposição "isso é vermelho" (cf. Z, 420). Imagine uma criança que fosse especialmente inteligente, tão inteligente que se pudesse ensiná-la imediatamente a incerteza da existência de todas as coisas. Assim, ela aprende desde o início "isso é provavelmente uma cadeira". E como ele aprende agora a pergunta "isso também é realmente uma cadeira?" (Z, 411). Se quiséssemos ensinar a uma criança primeiramente a proposição "isso é provavelmente F", então a palavra "provavelmente" seria um acréscimo vazio e "isso é provavelmente uma cadeira" teria para a criança o mesmo sentido que tem para nós a proposição "isso é F". "Isso é provavelmente F" só pode ser ensinado junto com "isso é realmente F" e justamente em conexão com a experiência da decepção (Z, 415); essa experiência pressupõe que a proposição não modalizada correspondente já foi entendida. "A sensação visual vermelha é um novo *conceito*" (Z, 423), isto é, um conceito que só pode ser adquirido quando já se tem o de vermelho. "O jogo de linguagem que nós lhe ensinamos é então o seguinte: 'Parece-me que...'",

'parece-te que...'. No primeiro jogo de linguagem não ocorre uma pessoa como sujeito perceptível" (Z, 424). "Você dá ao jogo de linguagem uma nova articulação" (Z, 425).

Essa reflexão implica uma inversão radical de toda a teoria do conhecimento moderna que, por ter deixado de lado a problemática semântica, pensou o conhecimento dos objetos de tal modo que o processo do conhecimento deveria partir como um todo das sensações dos sentidos — em termos lingüísticos: deveria partir de proposições como "parece-me que...". Somente quando o jogo de linguagem recebe a "nova articulação" das proposições subjetivas é que as proposições originalmente não modalizadas ganham um sentido "objetivo" específico, que se expressa no fato de que cada proposição simples "p" sobre objetos perceptíveis é equivalente a "realmente p". Desse modo, é agora integrado a "p" o contraste "parece(-me) que p" e só nesse nível pertence à "gramática" das proposições sobre objetos perceptíveis a conexão criterial com essas proposições subjetivas, a sua possibilidade de fundamentação por meio dessas.

É nesse ponto que se rompe a analogia da fundamentação criterial das proposições "ele-f" com a fundamentação criterial das proposições sobre objetos perceptíveis. Não podemos explicar diretamente o significado do predicado-f da maneira como podemos e devemos explicar diretamente o significado de "vermelho", antes de podermos entender as proposições que atuam como critérios para a justificação de "isso é vermelho". Por exemplo, podemos explicar o predicado "ter dores" somente por meio de critérios externos. Assim, o que é anterior do ponto de vista epistêmico é aqui também o semanticamente anterior. Assim, não existe entre as proposições sobre o externo e o interno, sobre observáveis e sobre estados-f o círculo suposto mais acima. O ponto de partida semântico que está na base tanto do jogo de linguagem criterial sobre observáveis quanto do jogo de linguagem sobre estados-f é o das proposições simples sobre observáveis.

A partir dessa observação, deparamos diretamente com aquele aspecto da explicação dada até aqui dos predicados-f que pode ser visto como seu ponto fraco. Se os predicados-f são explicados ao se mostrarem as condições do comportamento de uma pessoa nas quais se atribui a ela um predicado, então não se deveria dizer que Wittgenstein reduz os predicados-f a predicados complicados de comportamento? É verdade que eu disse⁶ que, segundo Wittgenstein, por um lado, as palavras para sensação designam justamente as sensações, enquanto, por outro, elas são explicadas por meio de critérios externos; por isso, em oposição à teoria analógica, ele estabelece uma conexão analítica entre as afirmações sobre sensações e as afirmações sobre modos de comportamento. Mas essa asserção é à primeira vista frágil, pois se pode retorquir: em que medida as palavras para sensação designam sensações, se elas só podem ser explicadas por meio do comportamento? Nesse caso, não se reduzem as sensações a meras disposições para externalizações de sensação?

Nos parágrafos 307 e seguintes, Wittgenstein protesta contra a acusação de behaviorismo. Mas a justificação que dá consiste apenas no fato

(6) Ver a conferência de Tugendhat publicada no número anterior desta revista, p. 53 (N. do T.).

de que, quando contesta a teoria da linguagem privada de que os "processos mentais" são coisas perceptíveis internamente⁷, os "processos mentais" não são com isso "negados". A justificação permanece negativa. O que, na concepção positiva de Wittgenstein dos predicados-f, o legitima a recusar a acusação de behaviorismo?

É a sua explicação das proposições-f em primeira pessoa. Se refletirmos sobre o que falta na explicação antecedente dos predicados-f por meio de critérios externos, podemos expressar isso mais ou menos da seguinte maneira: alguém que só aprendeu a falar sobre dores na terceira pessoa, por exemplo, só pode saber quando alguém tem dores, mas falta-lhe a sensação do que significa ter dores. Ou simplesmente: ele ainda não sentiu dores. Mas isso quer apenas dizer que ele ainda não teve dores, pois sentir dores significa ter dores. E o que significa ter dores deveria tornar-se claro quando se explica como são empregadas as proposições "eu tenho dores" e "eu sei que tenho dores". Vocês poderiam aqui talvez me apresentar objeções e dizer: não, a maneira correta para se entender o que significa ter dores certamente não pode ser a de perguntar qual é o modo de emprego dessa proposição, mas deveria consistir na descrição do que é ter uma dor e, para esse fim, deve-se observá-la. Naturalmente, se tivéssemos formulado assim nossa tarefa, já teríamos adotado outra vez a teoria da linguagem privada. Vocês poderiam novamente perguntar: mas por que não formulamos a tarefa pelo menos do modo como eu já a designei uma vez: como uma pergunta sobre o fundamento do saber (*Wissen*)⁸ quando dizemos "eu sei que tenho dores"?

A razão para isso é que Wittgenstein afirma já no começo de sua crítica à teoria da linguagem privada: "De mim não se pode dizer (exceto talvez por brincadeira) que eu *sei* que tenho dores. O que quer dizer isso — senão que *tenho* dores?" (IF, 246). Esse argumento parece, contudo, estranho. Já vimos na primeira conferência que o característico dos estados-f é que aquele que os tem sabe sempre e imediatamente que os tem. Assim, se eu me encontro em um estado-f, posso sempre dizer "eu-f" e essa afirmação não é a expressão de uma mera suposição, mas de um saber, de modo que de fato quando posso dizer "eu-f", também posso dizer "eu sei que eu-f". Mas por que, a partir da equivalência dessas duas proposições, deve se seguir, como Wittgenstein afirma aqui, que não se pode falar de modo nenhum de um saber? Wittgenstein justifica a sua concepção em outro lugar: no caso das proposições "eu-f" não se pode falar de uma dúvida e onde uma dúvida está logicamente excluída, também não se pode falar de um saber (IF, p. 533).

Esse argumento não é imediatamente plausível. Mas não podemos ser justos com as reflexões de Wittgenstein sobre essa questão antes de termos conhecido sua concepção das proposições "eu-f"; pode-se formular agora o problema de modo a não ser prejudicado por nenhum lado. Isso só parece ser alcançado pela formulação anteriormente proposta por mim: como são empregadas as proposições "eu-f"? Pois a questão assim colocada deixa em aberto se são empregadas de modo a expressar um saber — e poderiam por isso ser ampliadas na forma "eu sei que eu-f" — ou não. Assim formulada, a questão admite a concepção da linguagem privada como uma resposta

(7) "Pois temos um conceito determinado do que significa: aprender a conhecer um processo mais de perto" (IF, 309).

(8) A tradução de "Wissen" por "conhecimento" é freqüentemente a mais natural. No entanto, Tugendhat vai distinguir mais adiante entre o saber contido nas proposições expressivas "eu-f" e o conhecimento das proposições cognitivas (como, por exemplo, "ele-f"). Assim, preferimos sempre traduzir "Wissen" por "saber", "Erkenntnis" por "conhecimento" e "erkennen" por "conhecer" (N. do T.).

possível: segundo essa concepção, as proposições "eu-f" são *empregadas* de modo a expressarem ou serem fundamentadas por uma percepção interna.

Para Wittgenstein, naturalmente, a explicação do emprego das proposições "eu-f" deve ir em uma outra direção, pois, se uma proposição "eu tenho dores" devesse ser fundamentada por uma percepção interna, então a palavra "dor" teria um significado quando é empregada em proposições da primeira pessoa e outro quando é empregada em proposições da terceira pessoa, e isso infringiria o princípio da simetria verídica das proposições-f na primeira e terceira pessoas — para retomar agora a minha formulação da penúltima conferência⁹. Mesmo o defensor moderado da teoria da linguagem privada, que ainda supõe um significado subjetivo adicional, teve que admitir que o predicado-f tem um significado intersubjetivo mesmo quando é empregado em proposições da primeira pessoa.

(9) Ver nota 2 da conferência publicada no número anterior desta revista (N. do T.).

Assim, Wittgenstein vê-se colocado diante do seguinte problema: de um lado, o predicado-f nas proposições de primeira pessoa deve ser explicado de uma maneira que torna possível entender como o seu emprego em proposições de primeira pessoa e em proposições de terceira pessoa pode ser aprendido de modo uniforme; de outro lado, deve-se levar em conta o fato de que existe entre essas proposições o que chamei de assimetria epistêmica¹⁰. Wittgenstein resolve esse problema ao colocar também a proposição "eu-f" no contexto do comportamento, ou seja, das *expressões* do estado-f, porém de modo que a expressão não forneça — como no caso das proposições em terceira pessoa — o critério com o qual a proposição é fundamentada, mas a proposição na primeira pessoa deve ser ela própria entendida como uma expressão do estado-f. Já vimos isso no princípio da última conferência: a proposição "eu tenho dores" entra no lugar da expressão natural da dor, ela "substitui" o chorar ou o gemido (IF, 244).

(10) Ver nota 2 da conferência publicada no número anterior desta revista (N do T.).

Assim, a proposição "eu tenho dores" é interpretada por Wittgenstein de tal modo que em seu emprego a dor se externalize ou se expresse, e não que nela um conhecimento ou um ato cognitivo se expresse. As proposições "eu-f" são proposições expressivas e não cognitivas. Por uma proposição cognitiva deve-se entender uma proposição da forma "a é F"; na qual por meio de "a" um objeto é *identificado* de modo que se possa *verificar* (*feststellen*) que o predicado "F", com base nos *critérios válidos* para ele, se aplica ao objeto assim *identificado*: desse modo, ficamos conhecendo que a é F. O exemplo mais simples de uma proposição cognitiva é uma proposição da forma "isso é F" quando "F" é um predicado para percepção. Na proposição predicativa "a é F" ainda não se expressa em e para si nenhum conhecimento, mas apenas uma suposição, porém quando uma tal proposição é expressa, *afirma-se* que se pode conhecer (verificar) que a é F. No emprego de uma proposição "eu-f", contudo, *se* essa fosse *realmente* cognitiva, um conhecimento — e não apenas sua possibilidade — seria sempre expresso, porque eu sempre sei que eu-f, e não apenas suponho que eu-f, *quando* eu-f. "Tem sentido dizer 'choveu e eu sabia disso', mas não 'eu tinha dores de dente e eu sabia que as tinha'. 'Eu sei que tenho dores de dente' não significa nada ou significa o mesmo que 'eu tenho dores de dente'" (NL, 309). Naturalmente, isso repousa

simplesmente no fato de que os estados-f são tais que aquele que os tem possui um saber imediato de que os tem.

Se a proposição "eu-f" tivesse algum sentido cognitivo, um conhecimento estaria sempre expresso em seu emprego, mesmo quando fosse somente simulado. O conhecimento que nessa proposição se expressaria deveria então consistir no fato de que eu, quando me identifico por meio do termo singular "eu", posso observar no objeto assim identificado que o predicado "f" a ele se aplica com base nos critérios válidos para esse predicado. Já vimos, entretanto — e precisamente isso também é acentuado por Wittgenstein no presente contexto (IF, 404) —, que realmente me refiro com "eu" a uma pessoa (a saber, a mim), mas não a identifico. Com "eu", ao contrário de com "isso", um determinado objeto no campo perceptivo não é recortado, no qual se poderia observar, perceber e verificar que esse preenche os critérios para "f" do mesmo modo, também e válido do outro lado — do lado do predicado — que o emprego correto da proposição "eu-f não é fundamentado pela verificação de que os critérios válidos para "f estão presentes (IF, 290). "Gostar-se-ia de dizer: para poder dizer que tenho dores de dente, não observo o meu comportamento, por exemplo, em um espelho. *E isso está correto*, mas daí não se segue que se descreve uma observação de qualquer outra espécie" (NL, 319). Poder-se-ia pensar assim: se uma proposição predicativa é empregada corretamente, essa deve se fundar em uma verificação; e se essa verificação não é externa, então é interna. Mas a proposição "eu-f" não se funda de maneira nenhuma em uma verificação (Z, 472). A transferência de conceitos tais como "percepção", "observação" e "verificação" para o assim chamado interior não tem sentido.

Naturalmente, teremos que nos perguntar como deve ser entendida positivamente a correção no emprego de uma proposição "eu-f", se essa não é uma proposição cognitiva, mas sim expressiva. Mas já podemos esclarecer agora o que Wittgenstein consegue com a tese do sentido expressivo das proposições "eu-f". Ele logra com ela subtrair-se igualmente da concepção introspectiva e da behaviorista, ambas as quais concebem as proposições "eu-f" como proposições de observação. O que Wittgenstein consegue com a concepção expressiva dessas proposições é tornar inteligível como um predicado como "ter dores" pode ser aprendido uniformemente para proposições da primeira e da terceira pessoa, a saber, no contexto do comportamento, sem que os dois tipos de proposições sejam assimilados epistemicamente um ao outro: um predicado-f pode ser aprendido com um significado uniforme com relação a um e o mesmo modo de comportamento, de maneira que, a partir da perspectiva do observador, esse modo de comportamento apresenta o critério para o emprego do predicado na terceira pessoa; enquanto, a partir da perspectiva do agente, o emprego da proposição "eu-f" é ele próprio uma modificação do modo de comportamento. "Eles ensinam à criança um novo comportamento para a dor" (IF, 244).

No entanto, consegue Wittgenstein superar a redução behaviorista dessa maneira? Poder-se-ia pensar da seguinte maneira: se a proposição "eu-

f é entendida como uma externalização do estado-f, então estamos de novo às voltas apenas com um mero modo de comportamento. Existe, porém, uma diferença fundamental entre proposições sobre sensações com base nas externalizações de sensações e proposições que são elas próprias externalizações de sensações. Mas, vocês poderiam objetar, com isso temos sempre apenas a externalização da sensação, não a sensação. Porém, que concepção têm vocês do que significa aproximar-se da própria sensação? Naturalmente, deve-se distinguir entre a sensação e a externalização da sensação. Mas como pode a sensação se articular lingüisticamente? Supondo que o impossível fosse possível e que pudéssemos perceber internamente a sensação, estaríamos mais próximos da sensação com uma proposição na qual a *percepção* da sensação estaria externalizada, do que na externalização da sensação (para não mencionar o regresso que se produziria, pois também a percepção da sensação deveria ser percebida etc.)? "Como eu poderia, então, ainda querer entrar com a linguagem entre a externalização da dor e a dor?" (IF, 245). Para se convencer da correção da concepção de Wittgenstein, é útil imaginar na fantasia alguma sensação ou um sentimento; quando nos fantasiamos em um estado de dor, por exemplo, imaginamos como nós nos comportaríamos.

Até aí, tudo bem (talvez). Coloca-se agora, porém, a questão sobre como essas proposições expressivas devem ser semanticamente entendidas e que conexão semântica elas mantêm com as proposições cognitivas "eu-f". A proposição "eu-f", já vimos, não deve ser entendida em sua estrutura como uma proposição habitual predicativa da forma "a é F"; a palavra "eu" não deve ter a função que um termo singular tem; mas como se deve então entender sua estrutura predicativa? Ou devemos dizer que essa na realidade não tem estrutura predicativa nenhuma, que deve ser entendida como uma sentença expressiva (*expressiver Ausdruck*), análoga a uma sentença expressiva inarticulada como, por exemplo, "ai"? Nesse caso, a proposição "eu-f" não poderia mais ser entendida como uma afirmação e a partir daí se seguiria, por outro lado, que não se poderia designar tais proposições como verdadeiras ou falsas. Finalmente, não se poderia, no caso dessas proposições, seja a partir dessa razão — que elas não podem ser verdadeiras ou falsas —, seja porque elas não são cognitivas, falar de um saber e, conseqüentemente, também não se poderia falar de uma certeza que normalmente se associa às proposições "eu-f". Desse modo, seria também ilusória a definição dos estados-f da qual parti, a de que esses estados são aqueles que, quando uma pessoa os tem, ela tem um saber imediato. Naturalmente, seria ilusória a fala de uma simetria verídica e uma assimetria epistêmica das proposições na primeira e terceira pessoa, se não é permitido falar nem de verdade nem de saber no caso das proposições de primeira pessoa.

Como essas conseqüências parecem intuitivamente pouco plausíveis, coloca-se a questão de saber se tais conseqüências realmente se seguem do caráter não cognitivo dessas proposições. Wittgenstein não discutiu mais essa problemática de um modo sistemático. A tese de que as proposições "eu-f" não podem ser designadas como verdadeiras ou falsas encontra-se em

alguns de seus intérpretes¹¹, mas não em seus próprios textos. Certamente encontram-se nesses textos passagens em que recusa o caráter de afirmações a essas proposições (Z, 401,549), mas em outras passagens ele se expressa com mais cuidado (IF, p. 499) e, por outro lado, nas NL ele esclarece minuciosamente o problema da mentira no caso das proposições "eu-f" e, no caso do mentir, em contraste com outras expressões de estados-f, trata-se não apenas de dissimulação, mas também de falsidade (intencional).

A concepção de Wittgenstein parece mais inequívoca na afirmação de que não se pode falar de um saber no caso das proposições "eu-f" (acima p. 8). Seu argumento decisivo parece ser o de que onde uma dúvida está logicamente excluída, não se poderia falar de um saber. Quando Hacker¹² se contrapõe a isso, dizendo que também no caso de " $2+2=4$ " se pode falar de um saber, apesar de uma dúvida ser sem sentido, ele provavelmente não entendeu o ponto de Wittgenstein. Para cada afirmação uma dúvida é logicamente possível, mesmo que ela se mostre imediatamente como injustificada. Quando Wittgenstein sustenta que, no caso de "eu tenho dores", uma dúvida está logicamente excluída, então ele quer dizer que isso se funda no caráter expressivo da proposição. Em uma exclamação inarticulada como "ai" uma dúvida está de fato logicamente excluída; aqui ela não poderia "pegar" (*greifen*) gramaticalmente. Com isso estamos diante do verdadeiro coração de todo o problema: a tese fundamental de Wittgenstein é a de que as proposições "eu-f" não se distinguem essencialmente das exclamações inarticuladas; "não essencialmente" — isso ainda deixa em aberto que elas, não obstante, se distingam; e é aqui que devemos retomar a discussão.

Wittgenstein, nas IF, 244¹³, distinguiu entre: (a) a "expressão original e natural da sensação" (choros, gemidos); (b) "exclamações" como "ai"; e (c) "proposições" como "eu tenho dores". Está suposto em sua tese sobre o caráter expressivo das proposições "eu-f" que *b* e *c* estão estreitamente relacionados, mas ele não elaborou nada mais detalhado sobre a conexão e a diferença dessas formas. Para essa questão, Alston contribuiu bastante em seu ensaio "Expressing"¹⁴. Alston aponta em primeiro lugar para o fato de que a diferença estrutural entre *a*, de um lado, e *b* e *c*, de outro, não consiste em que *b* e *c* devem ser ensinados, mas que *a* é um assim chamado signo natural, é um indício (*Anzeichen*), enquanto *b* e *c* são casos de um comportamento governado por regras; como todos os empregos de expressões linguísticas, não se fundam em um aprendizado qualquer, mas em um aprendizado de uma regra convencional, de uma norma, com referência à qual se pode falar de um emprego "correto" ou "incorreto" da expressão (pp. 21 ss.). Por isso, Alston subsume com razão aquelas expressões não linguísticas de estados-f, que são governadas por regras — como, por exemplo, encolher os ombros —, sob as exclamações (p. 27); também essas podem ser designadas como "linguísticas" em um sentido amplo da palavra.

Compreende-se o significado de uma expressão linguística quando se conhece a regra de seu emprego. Assim, temos em mãos um meio simples para esclarecer sua conexão exata para além da comparação global das

(11) Cf. em particular Malcolm, N. "Wittgenstein's philosophical Investigations".

(12) Hacker, op. cit., p. 274.

(13) Ver a conferência publicada no número anterior desta revista, pp. 52-3 (N. do T.).

(14) Alston, W.P. "Expressing". In: M. Black (org.). *Philosophy in America*. Londres, 1965, pp. 15-34.

proposições "eu-f" com as exclamações. Quais regras de emprego são constitutivas para as proposições "eu-f" e quais são constitutivas para a exclamação (por exclamações deve-se entender todas as expressões convencionais governadas por regras que não são estruturadas predicativamente)? Alston respondeu a essas questões mais ou menos da seguinte maneira:

Uma exclamação " E_1 " só é empregada corretamente por alguém quando ele se encontra no estado f_1 . Assim, por exemplo, para a exclamação "ai" vale a regra: quando S diz "ai" e S não tem dores, então S emprega a exclamação incorretamente. Se ele admite não ter dores, então diremos que ele não compreendeu o significado da palavra "ai".

No caso das proposições "eu-f", Alston procede sem pressupor o caráter expressivo dessas proposições, mas trata-as como uma forma particular qualquer de uma proposição assertórica. Segundo Alston, para o emprego de qualquer proposição assertórica vale a seguinte regra: uma proposição "a" só é empregada corretamente quando p; se alguém diz "it is raining" quando não está chovendo, então ele emprega a proposição incorretamente. Se ele admite que não está chovendo, diríamos que ele não compreendeu o significado da expressão "it is raining". Assim, por meio da acima especificada proposição sobre "a" ("it is raining")¹⁵, o significado de "a" é fixado de modo completamente análogo ao modo anterior para fixar o significado de " E_1 ". Se aplicarmos isso agora ao caso particular das proposições "eu-f", o resultado será: se alguém emprega a proposição "eu-f," e ele não se encontra no estado f_1 , então emprega a expressão incorretamente. A regra que se produz para a proposição "eu- f_1 " é idêntica à regra que se produziu antes para a exclamação " E_1 ". Assim, a tese de Wittgenstein parece confirmada de uma maneira desconcertante: a exclamação "ai" e a proposição "eu tenho dores" parecem ter exatamente a mesma regra de emprego.

(15) Em inglês no original (N. do T.).

É preciso modificar essa apresentação da situação, pois dela se seguiria que também a proposição correspondente "ele-f" tem a mesma regra de emprego que a exclamação; em particular, a proposição "ele-f" e a proposição "eu-f" teriam a mesma regra de emprego. O que Alston indicou como regra para as proposições assertóricas é, na realidade, simplesmente sua condição de verdade, e o fato de que esta é idêntica para a proposição-f na primeira e na terceira pessoa apenas corresponde ao princípio da simetria verídica. Pode-se de fato dizer: a exclamação "ai" é *corretamente* empregada por S precisamente quando ele tem dores e é também precisamente nesses casos que a proposição "eu tenho dores" é empregada *corretamente* por S; além disso, esta última proposição é *verdadeira* e também é *verdadeira* a proposição em terceira pessoa, "S tem dores". Alston passou por cima do fato de que, no caso de uma exclamação, só se pode falar de uma correção, mas não de uma verdade e do fato de que, no caso da proposição assertórica, existem dois níveis de correção: emprega-se uma proposição assertórica corretamente quando se a emprega no significado que ela tem, mas isso ainda não quer dizer que essa está correta no outro sentido, o de que ela seja verdadeira. A regra de emprego de uma proposição assertórica, por exemplo "S tem dores", não consiste na condição de que a proposição só é corretamente empregada

quando S tem dores; antes, conhecer o significado, isto é, a regra de emprego de uma proposição assertórica, significa saber como se deve verificar que ela é verdadeira; assim, nesse caso, significa saber como se deve verificar — conhecer — que S tem dores. Alston, portanto, tem razão em que também uma proposição assertórica "p" está ligada ao estado de coisas p, mas a regra tem mais de um nível e aponta para o *conhecimento* por meio do qual a proposição é *fundamentada*. Isso constitui o caráter cognitivo já anteriormente descrito dessa proposição.

No caso da exclamação, a situação é completamente diferente. Ela não é cognitiva, não indica uma possível verificação de sua verdade e, no seu caso, não se pode falar de modo nenhum de verdade e erro. Aqui vale simplesmente: S emprega corretamente a exclamação "ai" precisamente quando ele tem dores. No caso da exclamação, só há um caso de incorreção, o emprego da expressão contrário à regra (no caso da dissimulação, existe o emprego intencionalmente contrário à regra); no caso da proposição cognitiva, além da possibilidade de contradizer a regra, há também a possibilidade do erro. Fica clara, portanto, a situação para os dois casos extremos — as exclamações e as proposições correspondentes "ele-f". De que lado colocaremos as expressões que realmente nos interessam, as proposições "eu-f"? Não podemos hesitar, pois, para "eu tenho dores", também vale claramente o seguinte: essa expressão é corretamente empregada por S precisamente quando ele tem dores. Assim, a proposição "eu-f" tem, até onde podemos ver no presente momento, a mesma regra de emprego que a exclamação correspondente. Nesse caso, há somente a possibilidade de um emprego contrário à regra, não a de um erro. Concordo, pois, com Alston quanto ao resultado. Mas esse resultado não pode ser alcançado se se parte, como Alston, da suposição de que a proposição "eu-f" é uma proposição assertórica particular, mas apenas se já se pressupõe que ela não é empregada cognitivamente.

Segundo a explicação dada até aqui não haveria nenhuma diferença entre o modo de emprego de uma proposição "eu-f" e o da exclamação correspondente. Assim não se levaria em consideração o fato de que a expressão "eu-f" é estruturada e, além do predicado — do qual se pode dizer que tem um significado igual ao da expressão empregada na exclamação —, contém a palavra "eu", que tem um significado próprio, como já se esclareceu anteriormente.

Para a compreensão completa do significado ou da regra de emprego de uma expressão empregada independentemente, como é o caso de uma proposição ou de uma exclamação, não basta considerar isoladamente seu modo de emprego; ao contrário, deve-se levar também em conta como a expressão pode ser respondida. Alston aponta com razão para o fato de que esse é o ponto segundo o qual a proposição "eu-f" se distingue da exclamação. Ao complementar a palavra correspondente à exclamação pela palavra "eu", a sentença expressiva é de tal maneira assimilada à proposição assertórica cognitiva na terceira pessoa que chega-se a duas proposições predicativas, "eu-f" e "ele-f", nas quais o "eu" e o "ele" estão no lugar da mesma entidade

e a expressão completa está no lugar do mesmo estado de coisas, de modo que surge entre elas uma simetria verídica. Isso tem por consequência que "eu tenho dores" se distingue da exclamação "ai" pelo fato de que a primeira, ao contrário da segunda, pode ser respondida por "sim" ou "não", por "isto é verdade" ou "isto é falso". Isso tem ainda outra consequência: no caso da proposição "eu-f", ao contrário do caso da exclamação, pode-se falar não apenas de dissimulação mas também de mentira.

Essa modificação torna-se possível em virtude do fato de que, como acabamos de ver, a sentença expressiva é empregada *corretamente* precisamente quando a proposição "ele-f" é verdadeira. Assim, se há a possibilidade de transformar a sentença expressiva de modo a adquirir formalmente a estrutura de uma proposição assertórica — portanto de uma expressão que pode ser verdadeira ou falsa — segue-se: se essa é empregada *corretamente* (conforme à regra), então essa (ou o que é dito com essa) é *verdadeira*. Essa possibilidade é dada precisamente pela — e somente pela — complementação com a palavra "eu", porque o falante refere-se de tal modo a si mesmo com esse termo singular particular que, com esse, não se identifica, mas sabe que a mesma coisa, a que se refere sem identificar, é identificável por outros termos singulares ("aquele lá", "Senhor X"). Se a expressão predicativa fosse complementada por qualquer outro termo singular com o qual a pessoa fosse designada, a pessoa seria identificada e toda a proposição seria cognitiva; assim, perderia seu sentido puramente expressivo, e não poderíamos mais dizer que, se ela é empregada corretamente (conforme à regra, apenas a mesma regra da exclamação devendo ser seguida), então essa proposição é verdadeira.

Examinemos agora a questão também a partir do lado do predicado! Naturalmente, em nossa linguagem, a cada predicado-f não corresponde uma exclamação; mas podemos facilmente pensar em uma linguagem na qual a cada proposição "ele-f" corresponde uma exclamação E, de modo que a proposição "ele-f" é verdadeira sob as mesmas condições em que a exclamação E é empregada de forma correta. O fato de que a maioria dos predicados-f é complementada por orações subordinadas proposicionais ("*er freut sich, dass du kommst*": "ele se alegra que você vem") não apresenta nenhuma dificuldade adicional, porque também as exclamações podem ser complementadas proposicionalmente ("*prima dass du kommst*": "Que bom que você vem"). Suponhamos também que essa linguagem não contém nenhuma proposição "eu-f". Nela, tudo o que expressamos com proposições "eu-f" seria expresso por meio de exclamações — empregadas segundo as mesmas regras. Se há uma correspondência um a um entre os predicados-f nas proposições de terceira pessoa e as exclamações E, então teríamos naturalmente uma reduplicação supérflua de expressões; assim, seria preferível simplificar e empregar a mesma palavra para o predicado nas proposições de terceira pessoa e para a exclamação correspondente, por exemplo "dor" em vez de "ai". Teríamos, assim, de um lado, as proposições "ele f₁", "ele f₂" etc. e, de outro, as exclamações "f₁", "f₂" etc. Precisamos agora apenas complementar com a palavra "eu" — e acabamos de ver que isso não é problemático — e temos então nossas proposições "eu-f".

Se nos perguntamos o que distingue nossa linguagem real com suas proposições "eu-f" da linguagem que acabamos de imaginar com as exclamações-f, ou se nos perguntamos qual é a função da palavra "eu" nessas proposições, então é óbvio que, com essa palavra, é produzida uma expressão que, apesar de ser empregada segundo as mesmas regras que valem para uma exclamação, é verdadeira se é empregada corretamente. Assim se produz o caso particular de proposições assertóricas que podem ser falsas ou verdadeiras e, contudo, não são cognitivas. Dessa forma, confirma-se e torna-se mais precisa a suposição já formulada na penúltima conferência, a de que para os predicados-f é essencial que só se possa atribuí-los a si mesmo a partir da perspectiva do dizer "eu": não porque com "eu" o falante se identifica de uma maneira particular, mas porque ele se designa com essa palavra somente como aquele que está falando (exclamando) sem se identificar; somente dessa maneira pode um predicado empregado expressivamente e não cognitivamente ser complementado por um termo singular.

A assimilação de Wittgenstein das proposições "eu-f" às exclamações está essencialmente correta, embora duas ressalvas devam ser feitas: (1) não se deve chegar ao ponto de dizer que uma pessoa não é de modo nenhum designada, porque com "eu" nada se identifica, como às vezes parece ser o caso em Wittgenstein (cf. IF, 410) e como é afirmado no artigo "The first person" (p. 60) de G.E.M. Anscombe, instrutivo quanto a outras questões¹⁶; (2) com a peculiaridade desse termo singular está associada a particularidade da existência de proposições assertóricas e, contudo, não cognitivas. Wittgenstein tendeu a negar o caráter assertórico dessas expressões, porque julgava ser essa a única maneira de estabelecer seu caráter expressivo. Mas esses caracteres não se excluem e, se se quisesse negar que se pode empregar as palavras "verdadeiro" e "falso" em conexão com as proposições "eu-f", estar-se-ia contradizendo nosso uso lingüístico real. Uma tal concepção estaria negando, em particular, um aspecto comunicativo essencial de nossa linguagem, que é dado pela simetria verídica das proposições-f em primeira e terceira pessoa.

E quanto à questão da possibilidade de se falar significativamente de um saber no caso das proposições "eu-f"? O argumento de que não se poderia falar de um saber porque no caso de uma exclamação uma dúvida não pode "pegar" gramaticalmente cai por terra, pois, uma vez que a proposição "eu-f" é uma proposição assertórica, ao contrário do caso da exclamação, a dúvida é "logicamente" possível. Por outro lado, vimos não existir no caso das proposições "eu-f", tanto quanto no das exclamações, a possibilidade de erro característica para as proposições cognitivas. Mas se no caso de uma proposição assertórica o erro está excluído, isso quer dizer precisamente que se sabe que ela significa, porque não se pode duvidar disso. Se, com a exclusão lógica da dúvida, Wittgenstein se referisse a *essa* impossibilidade de duvidar, então haveria nisso uma fixação dogmática do sentido da palavra "saber", a qual novamente contradiria o uso real da linguagem. Provavelmente, Wittgenstein (e isso vale para toda discussão que a ele se liga), também por meio do caráter não cognitivo dessas proposições, acabou por negar a elas

(16) Anscombe, G. E. M. "The first person". In: S. D. Guttenplan (org.). *Mind and language*. Oxford, 1975, pp. 45-65.

o caráter de saber. Saber e conhecer, porém, não são os mesmos e nem todo saber precisa apoiar-se em um ato de conhecimento.

Esclareçamos porque a possibilidade de erro está excluída! É uma particularidade das sentenças expressivas que aprendemos o seu significado de modo a empregá-las quando nos encontramos na situação correspondente: aprendo a dizer "ai" ou "eu tenho dores" somente quando tenho dores. É importante esclarecer que, no caso da proposição cognitiva, não há uma correlação direta entre a expressão linguística e o fato. Em cada fato, no qual se trata de *conhecer* (verificar) se *p*, não se pode simplesmente aprender a dizer "p" quando *p*. Também no caso do juízo de percepção mais simples, como por exemplo "está chovendo", na melhor das hipóteses só se aprende a dizer "p" quando *se percebe* que *p*. Naturalmente, é a necessidade da verificação de se "p" é verdadeira que abre espaço para o erro. Se digo "ai" quando não tenho dores, então empreguei a expressão involuntariamente ou, com a finalidade de iludir, empreguei-a intencionalmente de modo incorreto. O mesmo vale para "eu-f". Já vimos que a proposição "eu-f", quando é empregada meramente conforme a regra, também é verdadeira. Segue-se daí, porém, que posso ter certeza de que a proposição "eu-f é verdadeira se a empreguei conforme à regra. Assim, temos aqui um saber que não repousa em uma verificação — em um conhecimento. Em contraste com todos os outros saberes, não podemos aqui colocar a questão: *como* sabemos que *p*? O fato de que não se pode mais colocar essa questão não atenta contra o sentido de "saber". Ao contrário, cada saber empírico aponta, na pergunta "como sabemos isso?", para um estado subjetivo — por exemplo, "Como sei que *p*? Porque eu o percebo" — a respeito do qual seria sem sentido reiterar a questão.

Assim, a minha fala de um saber imediato, introduzida anteriormente de forma indefinida, ganha agora um sentido preciso. Naquele momento, eu distingui o saber imediato apenas do saber indireto e fundado indutivamente, porque não poderia prejudicar que esse saber não repousa em uma percepção interna. Agora, no entanto, tornou-se claro que o saber imediato distingue-se em particular do saber direto. Um saber empírico é direto se, à questão "como você sabe isso?", não aponta para evidências fatuais a partir das quais se *inferiu* aquilo que se sabe; sei isso, não porque sei outras coisas mais, mas porque observo ou observei isso diretamente. E a pergunta "como você sabe que você a observou?" não tem mais sentido.

O saber direto é ainda um saber mediato, na medida em que se funda em alguma coisa. O presente resultado já estava contido implicitamente na explicação dos predicados-f dada por mim no começo: eles estavam no lugar de estados os quais aquele que os tem sabe imediatamente que os tem. Pois dessa explicação se segue que quando me encontro nesse estado, não posso deixar de sabê-lo e não preciso primeiro fazer algo, como por exemplo observá-lo, para depois conhecê-lo.

Vocês poderiam perguntar: não será que simplesmente se afasta de modo arbitrário o regresso apontado pela escola de Heidelberg? Não é essa uma solução igualmente dogmática e não iluminadora como aquela de

teóricos que — como Brentano — simplesmente afirmam também estar imediatamente contida em cada estado-*f* uma percepção desse estado? O sentido da solução de Wittgenstein não consiste no fato de evitar o regresso, mas no de corrigir um falso princípio fenomenológico que era comum a toda teoria tradicional do saber imediato — ela fundava esse saber imediato em uma percepção ao assimilá-lo à observação externa. O fato de o regresso ser evitado é apenas uma consequência dessa correção, não um fim. Wittgenstein consegue colocar o problema sobre uma nova base na medida em que reduz um problema aparentemente epistemológico e cognitivo ("como sei isso?") a um problema semântico ("como é a expressão empregada?").

Trata-se, certamente, de um caso semântico particular. No caso de proposições assertóricas que não são proposições "eu-*f*", a regra de emprego da expressão *remete* para um conhecimento. Mas isso precisamente não vale para todas as regras de emprego de uma expressão. Não vale para externalizações expressivas. Aqui vale, por exemplo, a regra: se alguém chora de uma determinada maneira etc., ele pode dizer igualmente "ai". Não tem sentido ampliar essa regra de modo a dizer que, se alguém tem consciência (*gewahr wird*) de que está chorando de uma determinada maneira etc., ele pode etc. A pergunta "como sei que choro?" é tão sem sentido quanto a pergunta "como sei que tenho dores?".

Vocês poderiam ainda achar paradoxal que se possa aprender o emprego de uma expressão de acordo com a regra de que ela — "E" ou "p" — deve ser empregada quando p. Vocês poderiam perguntar da seguinte maneira: não devemos supor que o falante de alguma maneira sabe que p? Mas isso seria uma pura construção, que não pertence à regra de emprego. O falante emprega a expressão incorretamente quando não-p (quando ele não se encontra nesse estado); isso é tudo o que podemos dizer. Ao contrário, devemos perguntar-nos: por que realmente nos inclinamos a considerar esse fato semântico paradoxal? Certamente é porque estamos tão fortemente orientados pelo modelo da percepção que supomos não poder haver um saber empírico não indutivo que não se funde em uma percepção ou algo análogo. Em oposição a isso, deveria ser evidente que, nos casos em que o emprego da linguagem nos situa tão próximos do corpo de modo que não falamos mais sobre outras entidades, mas nela nos expressamos, é absurdo postular entre o emprego da expressão e o próprio estado ou a própria ação aquela relação mediadora que é realmente necessária para o conhecimento das outras entidades. E se isso parece evidente ou não: é, em primeiro lugar, simplesmente um fato — como foi mostrado de forma particularmente convincente por Shoemaker — que podemos aprender a empregar determinadas expressões sob determinadas condições, *sem* precisar *verificar* essas condições; e, em segundo lugar, pode-se mostrar que a pressuposição para que possamos aprender a empregar determinadas expressões quando observamos determinadas condições é a de que também há expressões que aprendemos a empregar sob determinadas condições *sem* precisarmos verificar essas condições. Esse fato não é, como Shoemaker observa, mais

paradoxal do que o da "criança que se queimou no passado e agora tem medo do fogo sem primeiro observar que ela tinha se queimado no passado"¹⁷. Eu gostaria de concluir a interpretação da teoria wittgensteiniana da autoconsciência epistêmica imediata. Esclareçamos o que ganhamos e o que ainda nos falta investigar. Ganhamos uma teoria geral dos predicados-f, que foi exemplificada concretamente apenas no caso particular das sensações, em especial o da dor. Assim, conseguiu-se somente um modelo geral para o entendimento das regras de emprego dos demais predicados-f. Não podemos aplicar diretamente o que se alcançou para a dor para outros estados-f, como por exemplo intenções, crenças e ações. Uma intenção não tem, como tem uma sensação, uma "expressão natural" à qual a regra de emprego do predicado-f pudesse ligar-se. Contudo, também vale para as intenções e, em geral, para todos os predicados-f que os estados, no lugar dos quais eles estão, se mostram no comportamento. Tornou-se claro, por razões de princípio, que todos os predicados-f têm um significado uniforme nas proposições de primeira e terceira pessoa. Eles são aprendidos nas duas perspectivas com referência aos modos de comportamento: a partir da perspectiva do observador, os modos de comportamento atuam como critérios para a atribuição do predicado, enquanto, a partir da perspectiva daquele que diz "eu", o emprego da proposição "eu-f" é ele próprio uma modificação desses modos de comportamento. Mas mostrar qual é o aspecto concreto dessas diferentes classes de predicados-f é uma tarefa que até hoje não foi praticamente empreendida.

Palavras-chave:

Filosofia; Wittgenstein; linguagem privada; estado subjetivo.

Keywords:

Philosophy, Wittgenstein; private language; subjective state.

(17) Shoemaker, S. *Selfknowledge and self-identity*. New York: Ithaca, 1963, cap. VI, par. 7. Todo o capítulo, bem como o livro inteiro, é extraordinariamente instrutivo.

Ernst Tugendat é professor da Universidade Livre de Berlim.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 33, julho 1992
pp. 249-266
